OUTRAS MATÉRIAS

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessão Virtual do dia 23 de março de 2022, tomou a seguinte decisão:

ACÓRDÃO Nº. 62.618**(Processo TC/523841/2007)**

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEPOF nº 093/2005. Responsável/Interessado: ALCIDES ABREU BARRA E PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURÚ

Advogada: BRENDA FERNANDES BARRA - OAB/PA n.º 13.443.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. ALCIDES ABREU BARRA, ex-Prefeito do Município de Limoeiro do Ajuru, CPF nº ***.643.762-**, no valor de R\$494.449,35 (quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

ACÓRDÃO Nº. 62.619**(Processo TC/502013/2012)**

Assunto: Prestação de Contas do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, relativa ao Exercício Financeiro de 2011.

Responsável: JOSÉ CARLOS ARAÚJO.

Advogado: FRANCISCO BRASIL MONTEIRO – OAB/PA nº 17.317, SÁBATO GIOVANNI MEGALE ROSSETTI OAB/PA nº 2.774, CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO – OAB/PA nº 9.116

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012: 1) Julgar Regulares com Ressalva as contas de responsabilidade do Sr. JOSÉ CARLOS ARAÚJO, ex-Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, referente ao exercício de 2011 no valor de R\$ 135.924.027,45 (cento e trinta e cinco mil e novecentos e vinte e quatro mil, vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos);

2- Objetivando prevenção de falhas e/ou irregularidades futuras, recomendar ao TCM/PA que:

a)O Controle Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, atue efetivamente, analisando integralidade dos processos que geram despesas ao Órgão, sempre apontando em seus relatórios as falhas identificadas, objetivando salvaguardar o responsável pelas contas junto ao TCM quanto à Ilegalidade, legitimidade e economicidade da execução da despesa, das responsabilidades decorrentes da ilegal ou incorreta aplicação dos valores se assim vier ocorrer;

b)Efetue controle eficaz sobre as documentações que compõem instrução processual bem como no que diz respeito aos certames licitatórios. De forma que sua apresentação demonstre fidedignidade e legitimidade nos procedimentos adotados pelo Órgão auditado;

c)Observe o Princípio do Planejamento da Gestão para que consiga evitar, dentro da possibilidade administrativa, as contratações diretas por meio de dispensa, entendendo que regra para execução de despesa com recursos públicos é por meio de licitação;

d)Sejam anexados aos autos todos os documentos necessários para corroborar com o correto procedimento adotado quanto à adesão à ata de registro de preços e quanto aos contratos de aluguel, pois o processo deve vir composto por todos os recibos que comprovem o pagamento deste;

e)Os autos de todos os processos de despesa sejam instruídos com parecer emitido pela Assessoria Jurídica.

ACÓRDÃO Nº. 62.620**(Processo TC/506692/2012)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio ALEPA nº. 98/2011.

Responsável/Interessado: Bruno de Melo Figueiras – Associação Social Beneficente Distrital

Advogada: MANUELLA BARBOSA MÁCOLA – OAB/DF nº 64.218

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "b", c/c os arts. 62 e 82, parágrafo único da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas, e condenar a Sr. BRUNO DE MELO FIGUEIRAS (C.P.F. nº. 650.523.662-72), a devolução aos cofres públicos estaduais da importância de R\$ R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizada a partir de 06/12/2011, e acrescida de juros até a data de seu efetivo recolhimento, perfazendo o total corrigido de R\$ 99.899,51 (noventa e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos);

2) Aplicar-lhe multa de R\$ 9.989,95 (nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos), correspondente a 10% (dez por cento) sobre o débito apontado, devidamente atualizado a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE;

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da

dívida líquida e certa decorrente da imputação do débito e da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

DATA	VALOR PRINCIPAL	VALOR CORRIGIDO
23/03/2022	R\$ 20.000,00	R\$ 99.899,51

ACÓRDÃO Nº. 62.621**(Processo TC/533711/2009)**

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Recorrente: JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Capitão Poço, à época.

Advogado: SABATO GIOVANNI MEGALE ROSSETTI – OAB/PA Nº. 002774

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO nº. 45.873, de 18/08/2009.

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art.1º, inciso XX e nos arts. 57 e 58, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA, CPF: ***.763.182-**, Prefeito à época do Município de Capitão Poço, e dar-lhe provimento, reformando o ACÓRDÃO recorrido, para considerar as contas ilíquidas, ordenando o trancamento das contas e consequente arquivamento do processo.

ACÓRDÃO Nº. 62.622**(Processo TC/501795/2011)**

Assunto: RECURSO DE REVISÃO

Recorrente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO PARÁ.

Recorrido: ACÓRDÃO nº. 48.267, de 25-11-2010.

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 1.º, inciso XX, do Ato 63, de 12 de dezembro de 2012, conhecer do recurso de revisão interposto pelo IGEPREV e no mérito, dar-lhe provimento para deferir o registro da PORTARIA AN AT AP n.º 438, de 24.03.2011 e da PORTARIA n.º 0926, de 13.03.1996 em favor de EROTILDE MORAES SANTANA, no cargo de Escrivão de Polícia, GEP-PC-706-4, Classe "D", lotado na Secretaria de Estado de Segurança Pública, de vez que, em conjunto estão em conformidade com o ACÓRDÃO n.º 48.267/2010.

ACÓRDÃO Nº. 62.623**(Processo TC/503401/2010)**

Assunto: Prestação de Contas da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, referente ao exercício financeiro de 2009.

Responsável: RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Advogado: JUSTINIANO ALVES JUNIOR – OAB/PA n.º 4351.

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 56, inciso II, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar Regulares com Ressalva as contas de responsabilidade do Sr. RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR, ex-Delegado Geral de Polícia Civil do Estado do Pará, referente ao exercício de 2009, no valor de R\$ 413.492.934,62 (Quatrocentos e treze milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

ACÓRDÃO Nº. 62.624**(Processo TC/520028/2009)**

Assunto: Prestação de Contas do Convênio SEEL nº 249/2008

Interessado/Responsável: RAIMUNDO ALEXANDRE DANTAS BENTES e CENTRO CULTURAL E DE AÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos artigos 56, inciso I, e 60 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. RAIMUNDO ALEXANDRE DANTAS BENTES, Ex-Presidente do Centro Cultural e de Ação Social na Amazônia, no valor de R\$-60.000,00 (sessenta mil reais), e dar-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO Nº. 62.625**(Processo TC/519588/2008)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SECULT n.º 065/2008.

Responsável/Interessado: EDILBERTO VELOSO DA SILVA e ASSOCIAÇÃO CARNAVALESCA ALEGRIA ALEGRIA

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formulador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§ 3º do Art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", e art. 62, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. EDILBERTO VELOSO DA SILVA (CPF: ***.270.462-**), ex-presidente da Associação Carnavalesca Alegria Alegria, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), devidamente corrigida a partir de 31/01/2008 e acrescida de juros até seu efetivo recolhimento, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.